NOTÍCIAS CNTV

Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília-DF 08/11/2012 Edição N° 700

Líder do PT na Câmara dos Deputados, Jilmar Tatto, confirma o PL 1033 do Adicional de Risco de Vida no calendário de votações em plenário em 2012

Conforme já divulgada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, o PL 1033 pode entrar na Ordem do Dia de votação em plenário na 3ª Semana do calendário, que corresponde aos dias 12, 13 e 14 de novembro de 2012. Nessa semana, apenas três projetos estão incluídos, entre eles, o 1033, de autoria da deputada Vanessa Grazziotin, que já passou por comissões na Câmara e no Senado.

Falta muito pouco para vermos o nosso projeto aprovado. A próxima semana, que começa no dia 12/11 deve ser de muita atenção de todos os vigilantes do Brasil e dirigentes sindicais. Vamos intensificar a luta, as conversas com os parlamentares para pedir apoio ao nosso pleito, mobilizar a categoria, enviar e-mails, fazer campanhas nas redes sociais, conversar com as bancadas e lideranças partidárias.

Na mensagem do líder do PT na Câmara, ele lista o s projetos para votação em plenário como prioridade alta e o nosso PL 1033 está incluído.

Vamos fazer a nossa parte, para que os deputados façam a deles também, ou seja, nós fazendo a pressão e eles votando o aprovado o Adicional de Risco de Vida dos Vigilantes.

Fonte: CNTV

Deputado Marco Maia (PT/RS), presidente da Câmara cumpre o que prometeu aos vigilantes e coloca o PL 1033 na agenda para ser votado em plenário no mês de novembro, entre os dias 12 a 14.

Em nome da Bancada, o deputado Jilmar Tatto confirma a agenda de Marco Maia.

111 requerimentos foram apresentados em apoio ao PL 1033 do Adicional de Risco de Vida

Mais de 400 parlamentares ainda não se manifestaram sobre o PL 1033 do Adicional de Risco de Vida. A CNTV orienta as entidades para conferir a lista de deputados e deputadas que apresentaram Requerimento pedindo a inclusão na ordem do dia do Projeto de Lei nº 1033/2003 que "Institui o salário adicional de periculosidade para os vigilantes e empregados em transporte de valores" e verificar quem ainda não apresentou. Temos poucos dias para fazer a pressão e pedir apoio.

Os deputados abaixo apresentaram requerimento pedi8ndo a votação do PL 1033 no Plenário da Câmara dos Deputados no período de 02/08/2011 a 24/10/2012, lembrando que alguns apresentaram mais de uma vez, por isso seus nomes estão repetidos.

Parlamentares que apresentaram Requerimento de pedindo a votação do PL 1033

Deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC)
Deputado Alexandre Leite (DEM-SP)
Deputado Reinaldo Azambuja (PSDB-MS)
Deputado Romero Rodrigues (PSDB-PB)
Deputado Romero Rodrigues (PSDB-PB)
Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)
Deputado Giroto (PR-MS)
Deputado Flaviano Melo (PMDB-AC)
Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)
Deputado Paulo Wagner (PV-RN)
Deputado Onofre Santo Agostini (PSD-SC)
Deputado Geraldo Resende (PMDB-MS)
Deputada Andreia Zito (PSDB-RJ
Deputado Marçal Filho (PMDB-MS)
Deputado Walney Rocha (PTB-RJ)
Deputada Erika Kokay (PT-DF)
Deputado Policarpo (PT-DF)
Deputado Vander Loubet (PT-MS)
Deputado Ruy Carneiro (PSDB-PB)
Deputado Biffi (PT-MS)
Deputado José Airton (PT-CE)
Deputado Mauro Nazif (PSB-RO)
Deputado Marçal Filho (PMDB-MS)
Deputado João Campos (PSDB-GO)
Deputado Renzo Braz (PP-MG)
Deputada Flávia Morais (PDT-GO)
Deputado Josué Bengtson (PTB-PA)
Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA)
Deputado Hugo Motta (PMDB-PB)
Deputado Marçal Filho (PMDB-MS)
Deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB-SC)
Deputada Gorete Pereira (PR-CE)
Deputado Paulo Cesar Quartiero (DEM-RR)
Deputado Geraldo Simões (PT-BA)
Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO)
Deputado Roberto Dorner (PP-MT)
Deputada Marina Santanna (PT-GO)
Deputado César Halum (PPS-TO)
Deputado Lázaro Botelho (PP-TO)
Deputado Mauro Mariani (PMDB-SC)
Deputado Ademir Camilo (PDT-MG)
Deputado Valtenir Pereira (PSB-MT)
Deputado Pedro Uczai (PT-SC)
Deputado Josias Gomes (PT-BA)
Deputado Vitor Paulo (PRB-RJ)
Deputada Luci Choinacki (PT-SC)
Deputado Edivaldo Holanda Junior (PTC-MA)
Deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG)
Deputada Celia Rocha (PTB-AL)
Deputado Augusto Carvalho (PPS-DF)
Deputado Lindomar Garçon
Deputado Carlaile Pedrosa (PSDB-MG)
Deputado Márcio Marinho (PRB-BA)
Deputado Padre Ton (PT-RO)
Deputado Danilo Forte (PMDB-CE)
Deputado Amauri Teixeira (PT-BA)
Deputado Jânio Natal (PRP-BA)
Deputado José Guimarães (PT-CE)
Deputado Pastor Marco Feliciano (PSC-SP)
Deputado Carlos Magno (PP-RO)
Deputado Rubens Bueno (PPS-PR)
Deputado Artur Bruno (PT-CE)
Deputado Berinho Bantim (PSDB-RR)
Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE)
Deputado Luciano Castro (PR-RR)
Deputado João Ananias (PCdoB-CE)
Deputado Décio Lima (PT-SC)
Deputado Jose Stédile (PSB-RS)
Deputado Taumaturgo Lima (PT-AC)
Deputado Chico Lopes (PCdoB-CE)
Deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP)
Deputado Mauro Benevides (PMDB-CE)
Deputado Antonio Balhmann (PSB-CE)
Deputado Dr. Grilo (PSL-MG)
Deputado Paulo Rubem Santiago (PDT-PE)
Deputado Neilton Mulim (PR-RJ)
Deputado Edson Silva (PSB-CE)
Deputado Chico D'Angelo (PT-RJ)
Deputado Eudes Xavier (PT-CE)

Deputado André Figueiredo (PDT-CE)
Deputado Lincoln Portela (PR-MG)
Deputado Paulo Foletto (PSB-ES)
Deputado Ariosto Holanda (PSB-CE)
Deputado Marcos Montes (PSD-MG)
Deputado Wellington Fagundes (PR-MT)
Deputado Lourival Mendes (PTdoB-MA)
Deputado Reinhold Stephanes (PSD-PR)
Deputado Genecias Noronha (PMDB-CE)
Deputado José Linhares (PP-CE)
Deputado Vicente Arruda (PR-CE)
Deputado Domingos Neto (PSB-CE)
Deputado Amauri Teixeira (PT-BA)
Deputado Fernando Jordão (PMDB-RJ)
Deputado Amauri Teixeira (PT-BA)
Deputada Rosane Ferreira (PV-PR)

Deputado Andre Moura (PSC-SE)
Deputado João Campos (PSDB-GO)
Deputado Francisco Araújo (PSD-RR)
Deputado Aelton Freitas (PR-MG)
Deputado Romero Rodrigues (PSDB-PB)
Deputado Marcon (PT-RS)
Deputado Júlio Delgado (PSB-MG)
Deputado Glauber Braga (PSB-RJ)
Deputado Berinho Bantim (PSDB-RR)
Deputado Marcos Rogério (PDT-RO)
Deputado Zé Silva (PDT-MG)
Deputado Filipe Pereira (PSC-RJ)
Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)
Deputado Marçal Filho (PMDB-MS)
Deputado Antônio Roberto (PV-MG)
Deputado Marçal Filho (PMDB-MS)

Copie este link abaixo no site de busca e tenha acesso à lista completa de todos os deputados e deputadas, seus estados, partidos e contato (e-mail, telefone, gabinete).

http://www.camara.gov.br/internet/deputado/Dep_Lista.asp?Legislatura=54&Partido=QQ&SX=QQ&Todos=None&UF=QQ&condic=QQ&forma=lista&nome=&ordem=nome&origem

Fenaban apresenta projeto-piloto de segurança bancária com avanços

Em negociação ocorrida na tarde desta quarta-feira (7), com o Comando Nacional dos Bancários, coordenado pela Contraf-CUT, em São Paulo, a Fenaban apresentou uma proposta de projeto-piloto de segurança bancária com avanços para trabalhadores e clientes. A iniciativa, a ser implantada nas cidades de Recife, Olinda e Jaboatão, conforme indicação feita anteriormente pelos bancos, foi uma das conquistas da Campanha Nacional dos Bancários 2012.

Comando Nacional fez propostas para garantir mais avanços

Além do Comando, participaram integrantes do Coletivo Nacional de Segurança Bancária da Contraf-CUT. Pela Fenaban, estiveram presentes o presidente Murilo Portugal, outros diretores e representantes de relações sindicais e da área de segurança dos maiores bancos.

Proposta da Fenaban

A proposta foi chamada pela Fenaban de "Programa de Melhorias de Segurança Bancária no Recife". Dentre os equipamentos previstos estão portas de segurança com detectores de metais, biombos ou divisórias em frente aos caixas e câmeras internas e externas nas agências.

Os bancos também propuseram a redução das tarifas de transferência (DOC e TED) nos caixas para o mesmo valor cobrado via internet, bem como a diminuição do limite do TED, hoje em R$ 3 mil, para R$ 2 mil e depois de alguns meses para R$ 1 mil.

Avançar mais

"Trata-se de uma proposta com avanços significativos, uma vez que inclui portas de segurança, biombos e câmeras. São equipamentos de prevenção que há muito tempo vêm sendo reivindicados por bancários, vigilantes e sociedade para proteger a vida de trabalhadores e clientes", avaliou Carlos Cordeiro, presidente da Contraf-CUT e coordenador do Comando Nacional. "Mas é possível e necessário avançar mais", apontou.

Os bancários apresentaram também propostas para a construção do projeto-piloto. "Queremos incluir os postos de atendimento bancário. Recentemente vários foram assaltados em Recife. Muitos são até mais vulneráveis que as agências", afirmou Jaqueline Melo, presidenta do Sindicato dos Bancários de Pernambuco.

"As portas de segurança precisam ser instaladas antes da sala de autoatendimento, como já é o procedimento de vários bancos, de modo a garantir segurança no espaço onde hoje ocorre a maior circulação de clientes e lá trabalham bancários, estagiários e um vigilante armado", destacou Juvandia Moreira, presidenta do Sindicato dos Bancários de São Paulo.

A eficácia das portas de segurança foi enfatizada pelos bancários. "A própria estatística da Febraban comprova que, após a instalação desse equipamento nos anos 90, por força da luta da categoria e de leis municipais, como em Porto Alegre, o número de assaltos caiu drasticamente", ressaltou Juberlei Bacelo, diretor da Fetrafi-RS.

"O monitoramento das câmeras tem que ser feito em tempo real, fora do local controlado, e com imagens de boa resolução para auxiliar a polícia a identificar suspeitos, uma vez que hoje muitas delas são de baixa qualidade, como vivem reclamando policiais em todo país", frisou Ademir Wiederkehr, secretário de imprensa da Contraf-CUT e coordenador do Coletivo Nacional de Segurança Bancária.

A isenção das tarifas de transferência foi defendida pelos

bancários. "Queremos o fim da cobrança de DOC e TED, a fim de evitar que os clientes façam saques elevados e sejam vítimas da saidinha de banco, o crime que lidera as mortes em assaltos envolvendo bancos", salientou Cordeiro.

Os bancários apontaram também lacunas na proposta da Fenaban. "Precisamos reforçar a segurança das fachadas, mediante a blindagem. Os vidros hoje instalados são muito frágeis, não resistindo a tiros, marretas e outros objetos. Além disso, é preciso incluir medidas contra sequestros, como o fim da guarda das chaves por bancários. Toda semana tem casos de gerentes e tesoureiros sequestrados e familiares reféns", observou Ademir.

Outra medida defendida pelos bancários foi a contratação de mais funcionários para trabalhar nos caixas. "Não adianta colocar mais banquinhos para os clientes sentarem. É preciso garantir um atendimento rápido e, assim, acabar com as filas, evitar a ação de olheiros e combater a saidinha de banco", afirmou Cordeiro.

Propostas dos bancários

O presidente da Contraf-CUT apresentou um conjunto de propostas definidas pelo Comando e Coletivo Nacional para avançar no projeto-piloto:

- implantação do projeto-piloto em agências e postos de atendimento bancário;
- porta de segurança com detector de metais antes do autoatendimento;
- câmeras internas e externas com monitoramento em tempo real fora do local controlado;
- vidros blindados nas fachadas externas;
- biombos opacos ente a fila e a bateria de caixas;
- divisórias opacas entre os caixas, inclusive os eletrônicos;
- mais funcionários nos caixas para reduzir as filas e evitar olheiros;
- isenção das tarifas de transferência de recursos (DOC, TED);
- fim da guarda das chaves pelos bancários para evitar sequestros;
- abertura e fechamento das agências e postos por empresas de segurança para combater sequestros;
- presença de vigilantes em toda jornada de trabalho dos bancários;
- guarda-volumes antes da porta de segurança para evitar constrangimento de clientes;
- abastecimento dos caixas eletrônicos no autoatendimento na parte traseira e em local fechado;
- escudo com assento para vigilantes
- local específico para estacionamento do carro-forte para abastecimento das unidades.

Grupo de trabalho

Ao final, foi definido a formação de um grupo de trabalho, com representantes dos bancários e dos bancos, para analisar as propostas apresentadas, ainda em novembro.

"Vamos buscar avanços, pois os bancos possuem condições econômicas para atender as demandas da categoria e garantir um ambiente seguro para trabalhadores, clientes e população", apontou Cordeiro. "E, após o projeto-piloto, queremos estender as conquistas para agências e postos de atendimento em todo país", concluiu.

Fonte: Contraf-CUT

VIGILANTE SERÁ INDENIZADO POR TRABALHAR EM LOCAL SEM BANHEIRO

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho não conheceu o recurso da Protege S.A. Proteção e Transporte de Valores por meio do qual buscava a reforma de decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região que a condenara a indenizar em R$ 15 mil por danos morais um ex-vigilante que trabalhava em um local desprovido de sanitário.

O trabalhador descreveu em sua inicial que trabalhou para a Protege por cerca de três anos e meio. Durante diversas vezes, segundo ele, foi obrigado a prestar serviços de até 12 horas em postos desprovidos de água potável e sanitários. A empresa, por sua vez, em contestação, refutou as alegações do vigilante.

A 3ª Vara do Trabalho de Volta Redonda observou que, em depoimento, o vigilante confirmou o que dissera na inicial, mas acrescentou que existia uma viatura da empresa à disposição para levá-lo ao banheiro quando necessário. O preposto da Protege admitiu que realmente o empregado havia trabalhado em dois postos sem banheiros, e reafirmou a existência das viaturas. Diante dos fatos apresentados, o juízo de primeiro grau julgou improcedente o pedido.

O Regional reformou a sentença e fixou a indenização em R$ 15 mil, por ficar constatado o ambiente de trabalho degradante. Segundo o acórdão, teria ficado evidenciado o dano físico causado ao trabalhador, "obrigado a conter-se até ser transportado para o local adequado".

No TST, o recurso, que teve como relator o ministro Aloysio Corrêa da Veiga, não foi conhecido, pois a decisão alegadamente divergente apresentado pela Protege não servia para confronto de teses, por tratar de hipótese em que havia restrição ao uso de banheiro para maquinista condutor de locomotiva durante viagens – situação diversa, portanto, da do caso analisado. A Turma, dessa forma, aplicou o disposto na Súmula nº 296 do TST, que regulamenta a admissibilidade de recurso por divergência jurisprudencial. Ficou mantida, portanto, a Decisão Regional pela condenação.

(Fonte: TST)

Processo: RR-154300-28.2008.5.01.0343

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV - José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação - Edilson Silva Pereira
Jornalista: Walkiria Simões
Projeto gráfico e diagramação: Walkiria Simões

site: www.vigilantecntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS edifício Venâncio Junior Térreo loja 09-11
Cep: 73.300-000 Brasília - DF